MINISTÉRIO DA GUERRA

Repartição do Gabinete

Lei n.º 940

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º Ao pessoal aeronáutico militar são arbitrados subsídios diários de especialização, de harmonia com a classificação seguinte:

a) De categoria aos pilotos aviadores, pilotos aerosteiros e observadores aéreos diplomados com os respectivos cursos, e engenheiros especializados em aeronáutica;

b) De risco de voo aos indivíduos, especializados ou não, que executem voos ou ascensões em serviço;

c) De especialidade técnica a mecânicos e montadores aeronáuticos habilitados com os respectivos cursos;

d) De oficina, ao pessoal fabril classificado, quer seja militar ou civil;

e) Ao pessoal auxiliar, fiéis de depósitos, de material técnico, sobressalentes; óleos, gasolinas e vários ingredientes; empregados nos pombais e armazéns de matérias primas;

f) Ao pessoal em serviço de lançamento de hélices.

§ 1.º Só o subsídio da alínea b) é acumulável com qualquer dos subsídios das anteriores alíneas, não sendo todavia estes, em nenhuma condição, acumuláveis entre si.

§ 2.º O subsídio da alínea b) será sempre conferido aos pilotos aviadores, pilotos aerosteiros, observadores aéreos diplomados com os respectivos cursos, quando em serviço efectivo nas escolas, parques e unidades de aviação, ou adidos às escolas ou unidades de aviação para efeitos de voo, quando tenham, pelo menos, dez horas de voo no mês respectivo, salvo quando não as executem por motivo de força maior, como tal reconhecido pelos comandantes ou directores das escolas, parques ou unidades de aviação.

A todos os outros indivíduos será unicamente abonado nos dias em que executem voos ou ascensões.

Art. 2.º Todo o pessoal fabril ou não fabril, civil ou militar, receberá os salários correntes fixados nos diplomas e leis em vigor, devendo, porém, para o pessoal especializado em aviação, bem como para o mestre geral e mestres de oficina, ser fixados pelo Ministério da Guerra, por proposta dos engenheiros ou directores de oficina, e mediante informação favorável dos directores ou comandantes dos estabelecimentos ou unidades de aviação e do director da aeronáutica militar.

Art. 3.º O pessoal em serviço ou em especialização na aeronáutica militar, quando em tratamento nos hospitais, ambulâncias, hospitais de sangue e em convalescença, ou estropeados em virtude de ferimentos ou doença adquirida em serviço aéreo, mantêm o direito aos subsídios a que se referem as alíneas do artigo 1.º

Art. 4.º O pessoal em serviço ou em especialização na aeronáutica militar quando nas situações de: licença disciplinar anual, gozo de licença da junta por motivo de ferimentos ou doença adquirida em serviço aéreo, mantêm o direito aos subsídios a que se referem as alíneas do artigo 1.º

Art. 5.º Para o pessoal navegante do serviço de aviação, e para todos os efeitos, será contado como de campanha o tempo de permanência neste serviço, sendo a mesma garantia de contagem de tempo igualmente concedida aos indivíduos a quem cabo o subsídio da alínea b) do artigo 1.º, mas só relativamente aos dias em que executem voos.

Art. 6.º Os subsídios a que se referem as alíneas do artigo 1.º são os seguintes:

Subsídios da alínea a):

Oficiais	1\$50
Sargentos	1\$20
Praças	\$80

Subsídios da alínea b):

Oficiais	3\$00
Sargentos	1\$50
Praças	1\$00

Subsídios da alínea c):

Mecânicos chefes	1\$50
Mecânicos montadores	1\$20
Ajudantes do mecânicos ou montadores	\$40

Subsídios a que se refere a alínea d):

Estes subsídios são iguais às gratificações fixadas para os operários do Arsenal do Exército, segundo as suas profissões e categorias, devendo para aquelas especialidades privativas da aviação ser arbitradas pelo Ministro da Guerra, depois da informação prestada pelo comandante ou director do estabelecimento ou unidade de aviação, mediante proposta do engenheiro ou chefe técnico da oficina.

Subsídio a que se refere a alínea e) \$50

Subsídio a que se refere a alínea f) 1\$00

Art. 7.º Para o pessoal da aeronáutica militar são fixadas as gratificações de comissão ou comando seguintes:

Director da aeronáutica militar	80\$00
Comandante do grupo de esquadrilha, da Escola Militar de Aeronáutica e director do Parque Militar Aeronáutico	70\$00
Comandantes de esquadrilhas isoladas	65\$00
Comandantes de esquadrilhas incorporadas	60\$00
Pilotos aviadores e experimentadores de aparelhos	60\$00
Instrutores de pilotagem nas escolas de aviação	45\$00
Adjuntos	30\$00

Oficiais não especializados em serviço na aviação: as mesmas gratificações constantes da tabela n.º 4 (gratificações de comando ou comissão) do decreto n.º 5:570, de 10 de Maio de 1919, sob a rubrica: «Oficiais em serviço nas escolas de tiro, aplicação e equitação», sendo para este fim considerados os grupos de esquadrilhas como regimentos, e as de esquadrilhas isoladas, escolas e Parque Militar Aeronáutico como batalhões independentes.

Gratificações às praças de pré em serviço nas escolas, parque, unidades e estabelecimentos de aviação: iguais às fixadas para as do pessoal privativo das escolas de aplicação.

Art. 8.º Ao pessoal navegante em serviço na aeronáutica militar são dispensadas as condições de promoção

da sua arma de origem ou serviço, enquanto se conservarem ao serviço de aviação.

Art. 9.º Esta lei tem execução a partir de 1 de Maio de 1919.

Art. 10.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros das Finanças e da Guerra a façam imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, 13 de Fevereiro de 1920. — ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA — *António Joaquim Ferreira da Fonseca* — *Helder Armando dos Santos Ribeiro*.

MINISTÉRIO DA MARINHA

6.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 6:337

Sob proposta do Ministro da Marinha, com fundamento no n.º 5.º do artigo 25.º da carta de lei de 9 de Setembro de 1908, tendo ouvido o Conselho de Ministros: hei por bem decretar que do capítulo 2.º, artigo 8.º «Rações», seja transferida a quantia de 120.000\$ para respectivamente reforçar com as importâncias de 110.000\$, 5.000\$ e 5.000\$ as dotações dos artigos 9.º, 11.º e 17.º do mesmo capítulo «Despesas gerais da armada», «Despesas gerais das escolas» e «Despesas gerais dos departamentos marítimos», que faz parte da proposta orçamental apresentada ao Congresso Nacional para o corrente ano económico de 1919-1920.

O presente decreto será publicado no *Diário do Governo*, depois de registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública.

O Presidente do Ministério e os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 13 de Fevereiro de 1920. — ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA — *Domingos Leite Pereira* — *Luis Augusto Pinto de Mesquita Carvalho* — *António Joaquim Ferreira da Fonseca* — *Helder Armando dos Santos Ribeiro* — *Celestino Germano Pais de Almeida* — *João Carlos de Melo Barreto* — *Jorge de Vasconcelos Nunes* — *José Barbosa* — *João de Deus Ramos* — *Amílcar da Silva Rumada Curto* — *Joaquim António de Melo e Castro Ribeiro*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

Caminhos de Ferro do Estado

Conselho de Administração

Portaria n.º 2:160

Tendo o Conselho de Administração dos Caminhos de Ferro do Estado emitido parecer favorável sobre as tarifas especiais apresentadas pelas Direcções do Sul e Sueste e do Minho e Douro, satisfazendo assim ao determinado na condição 2.ª da portaria n.º 2:129, de 25 de Novembro de 1919: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Comércio e Comunicações, conformando-se com o parecer do referido Conselho de Administração, que sejam aprovadas as mesmas tarifas, para serem adoptadas nas linhas férreas das duas citadas Direcções do Sul e Sueste e do Minho e Douro.

Paços do Governo da República, 13 de Fevereiro de 1920. — O Ministro do Comércio e Comunicações, *Jorge de Vasconcelos Nunes*.

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Direcção Geral do Ensino Primário e Normal

1.ª Repartição

Decreto n.º 6:388

Não se achando estabelecido no regulamento de ensino primário e normal aprovado pelo decreto n.º 6:137, de 29 de Setembro de 1919, qual deva ser a gratificação dada nos serventes que prestam serviço nos cursos nocturnos das escolas de ensino primário normal, pois o artigo 165.º do mesmo regulamento simplesmente estabelece a gratificação pela regência daqueles cursos;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 1.º da lei n.º 891, de 22 de Setembro: hei por bem, sob proposta do Ministro da Instrução Pública, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Aos serventes que prestem serviço nos cursos nocturnos das escolas de ensino primário geral será abonada a gratificação mensal de 6\$.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro da Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 13 de Fevereiro de 1920. — ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA — *João de Deus Ramos*.

2.ª Repartição

Portaria n.º 2:161

Atendendo à proposta da Direcção da Escola Primária Superior de Elvas, para que se dê a essa Escola o nome do Dr. Santa Clara, cidadão prestantíssimo, literato eminente e insigne latinista: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Instrução Pública, que, dado o grande número de publicações literárias do Dr. Francisco de Paula Santa Clara, dada a sua qualidade de professor distinto que foi, se preste homenagem ao falecido cidadão elvensê dando à Escola Primária Superior da cidade de Elvas o nome de Escola Primária Superior do Dr. Santa Clara.

Paços do Governo da República, 13 de Fevereiro de 1920. — O Ministro da Instrução Pública, *João de Deus Ramos*.

Direcção Geral do Ensino Secundário

2.ª Repartição

Decreto n.º 6:389

Atendendo às disposições expressas do artigo 4.º e seus parágrafos do decreto com força de lei n.º 4:650, de 14 de Julho de 1918;

Considerando que a Junta Geral do distrito de Viana do Castelo declarou não poder assumir, a partir do próximo ano lectivo, o encargo do pagamento do excesso de despesa resultante da elevação a central do Liceu de Gonçalo Velho, em Viana do Castelo;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 1.º da lei n.º 891, de 22 de Setembro de 1919:

Hei por bem decretar, sob proposta do Ministro da Instrução Pública, que passe à categoria de nacional o Liceu de Gonçalo Velho, em Viana do Castelo.

Este decreto entrará em vigor no começo do próximo ano lectivo de 1920-1921.

O Ministro da Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 13 de Fevereiro de 1920. — ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA — *João de Deus Ramos*.

Decreto n.º 6:390

Tendo a Junta Geral do distrito de Angra do Heroísmo reassumido perante o Governo o encargo do pagamento